

# POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E EMANCIPATÓRIA: O PAPEL DOS MUSEUS AFRO-BRASILEIROS

## TOWARDS AN ANTI-RACIST AND EMANCIPATORY EDUCATION: THE ROLE OF AFRO-BRAZILIAN MUSEUMS

Deborah Silva Santos<sup>i</sup>  
Kátia Silene Souza de Brito<sup>ii</sup>

**Resumo:** artigo objetiva apresentar uma breve trajetória do Movimento Negro Brasileiro no exercício museológico de criação de museus afro-brasileiros a partir do século XX. Mais especificamente, busca demonstrar como as negras e negros em movimento ao construírem os seus museus afro-brasileiros exercitam o papel de educadores das relações étnico-raciais. Identificados no cenário museológico desde os anos de 1930, esses museus foram num crescente seguindo as alterações no pensamento racial brasileiro. Eles se colocaram como contraponto aos museus criados pelos poderes públicos que, centrados na história do povo brasileiro, invisibilizavam e/ou congelavam a população negra como escravizada. Além disso, opuseram-se aos museus afro-brasileiros construídos “para” as/os negras/os, que não superaram a visão estereotipada e racista estagnada na existência dos negros e negras na escravização. Assim, apresentamos uma breve contextualização que embasa o aumento da criação destas instituições no século XXI e, ao final, apresentamos as ações educativas museológicas desenvolvidas pelo Museu Capixaba do Negro Verônica da Pas (Mucane), durante o período gerido pelo Movimento negro capixaba, bem como o projeto educativo do Museu Afro Digital Galeria Mato Grosso da Rede de Museus Afro Digitais.

**Palavras-chave:** museus afro-brasileiros; movimento negro; ações educativas; Mucane; Museu afro-digital

**Abstract:** This article aims to present a brief trajectory of the Brazilian Black Movement in the museological practice of creating Afro-Brazilian museums since the 20th century. More specifically, it seeks to demonstrate how Black people in motion, by building their own Afro-Brazilian museums, exercise the role of educators in ethnic-racial relations. Identified in the museological landscape since the 1930s, these museums have grown in number, following shifts in Brazilian racial thought. They positioned themselves as a counterpoint to museums created by public authorities which, centered on the history of the Brazilian people, rendered the Black population invisible and/or froze them in the role of the enslaved. Furthermore, they opposed Afro-Brazilian museums built “for” Black people, which failed to overcome stereotyped and racist visions stagnated in the existence of Black men and women within slavery. Thus, we present a brief contextualization that underpins the increase in the creation of these institutions in the 21st century. Finally, we present the museological educational actions developed by the Museu Capixaba do Negro Verônica da Pas (Mucane) during the period it was managed by the Black

*Movement of Espírito Santo, as well as the educational project of the Museu Afro Digital Galeria Mato Grosso, part of the Network of Afro-Digital Museums.*

**Keywords:** Afro-Brazilian museums; Black movement; educational initiatives; Mucane; Afro-digital museum.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma breve trajetória do Movimento Negro Brasileiro no exercício museológico e na criação de museus afro-brasileiros. Socialmente, essas instituições foram criadas com o intuito de preservar e divulgar a história, o patrimônio e a cultura africana e afro-brasileira, a partir do século XX e XXI. Compreendemos que este movimento social, em sua luta por emancipação, igualdade racial e direito à memória mantém-se em atividade há mais de cinco séculos no país, como um ator político, poético e educador (Gomes, 2017; Santos, 2021).

Não nos deteremos nos debates conceituais sobre o Movimento Negro<sup>1</sup> brasileiro, sua trajetória secular<sup>2</sup> ou em análises aprofundadas da cadeia operatória da museologia nas instituições por eles criados<sup>3</sup>. Pretendemos levá-lo a conhecer a potência de educador das relações étnico-raciais dos museus afro-brasileiros construídos por coletivos de negras e negros para a sociedade brasileira.

Tampouco nos deteremos, por não ser objetivo desta pesquisa, nas diferenças historiográficas e museológicas apresentadas entre os museus afro-brasileiros elaborados pelos negros e negras em movimento e os museus elaborados por entidades e/ou poderes públicos para a sociedade brasileira (Santos, 2022). Pois, como apresenta Nelson Fernando Inocêncio da Silva (2013),

Não é possível afirmar que todas estas experiências decorram, em certa medida, das lutas sociais, até porque é preciso considerar que algumas dessas instituições não nasceram necessariamente das reivindicações do movimento negro, mas foram geradas a partir do entendimento das elites nacionais acerca do legado afro-brasileiro. Portanto, vale ponderar sobre tal matéria no sentido de compreender

<sup>1</sup>As divergências conceituais que podem ser verificadas em textos de autores como Joel Rufino dos SANTOS (1994); Sales Augustos dos SANTOS (2007); e Petronio DOMINGUES (2007) e Amauri Mendes PEREIRA (2008).

<sup>2</sup>Vide PEREIRA (2008)

<sup>3</sup>As ações da cadeia operatória intrínseca a instituição museus e suas ações museológicas – Aquisição, Preservação, Pesquisa e Divulgação não serão objetos de análise no texto que tem o foco nas ações educativas antirracistas dos museus afro-brasileiros.

o que há de avanço e o que há de retrocesso nesta seara. Mesmo que devamos refutar qualquer viés essencialista, é mister lembrar que, desconsiderar as diferenças possíveis entre as identidades criadas para negros e àquelas construídas por negros, significa não compreender os modos diferenciados de representação, é perder o foco em relação aos aspectos fundamentais na construção do olhar sobre a alteridade (Silva, 2013, 86-87).

Essa questão evidencia a importância dos movimentos sociais como atores pedagógicos na formação da humanização, ética e moral, bem como na construção de crenças, valores, culturas, identidades (Arroyo, 2003) e, na construção de uma pedagogia do reconhecimento, afirmação e respeito às diferenças humanas de mulheres, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiências, idosos, crianças e sua intersecção com a questão étnico-racial (Gomes, 2017). Isso significa, que

ao ressignificar a raça, o movimento negro indaga a própria história do Brasil e da população negra em nosso país, constrói novos enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como o racismo brasileiro opera não somente na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana das suas próprias vítimas. Além disso, dá outra visibilidade à questão étnico-racial, interpretando-a como trunfo e não como empecilho para a construção de uma sociedade mais democrática, onde todos, reconhecidos na sua diferença, sejam tratados igualmente como sujeitos de direitos. Ao politizar a raça, esse movimento social desvela a sua construção no contexto das relações de poder, rompendo com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os negros, sua história, cultura, práticas e conhecimentos; retira a população negra do lugar da suposta inferioridade racial pregada pelo racismo e interpreta afirmativamente a raça como construção social; coloca em xeque o mito da democracia racial (Gomes, 2012, p. 731).

Como reafirmado nessa epígrafe por Nilma Lino Gomes (2012), no artigo *Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça*, o Movimento Negro brasileiro, desde a abolição da escravatura, vem apresentando um papel relevante nas discussões sobre raça, etnia, racismo, direitos econômicos, sociais, políticas públicas e educação antirracista. Por meio de ações políticas emancipatórias, busca transformar as configurações dos padrões de dominação do ser, saber e poder, construídos no período colonial e atualizados pela colonialidade: seja pela produção e divulgação de conhecimentos sobre as relações raciais, seja por ações afirmativas, ressignificação de sujeitas/os, e valorização de identidades étnico-raciais e sociais – indígenas, negros, mulheres negras, quilombolas, LGBTQIAPN+, PCDs etc. Essas identidades têm sido construídas a partir da cultura simbólica e de tensões discursivas sócio-históricas racializadas.

Mas, “esse processo não implica a criação de mais dicotomias, mas, sim, o desafio de uma copresença igualitária em que o Outro é visto não somente como destinatário do conhecimento universal e do direito produzidos pelo mundo ocidental” (Gomes, 2012, p. 731), mas também, como a/o sujeita/o produtor/a de conhecimento, interlocutor/a e integrante. Uma mudança de paradigma em que as vivências, experiências, epistemologias e conhecimentos do Sul global são reconhecidos como válidos.

Como citamos anteriormente, os passos das pessoas negras vêm de longe, como o do movimento social negro (Werneck, 2000) que, desde o período colonial esteve presente nas lutas contra a escravização. Esse é formado por homens negros e mulheres negras com consciência racial e que desenvolvem ações de mobilização política, cultural e educativas de superação das desigualdades raciais promovidas pelo racismo. O movimento criou entidades religiosas (irmandades, terreiros), assistenciais (confrarias), recreativas (clubes negros), artísticas (grupos de danças, teatro), culturais (rap, hip-hop, capoeira), científicas (grupos de pesquisas, acadêmicos) e políticas (imprensa negra, associações quilombolas, ONGs e entidades (Gomes, 2017, p. 22) que realizam ações como

encontros, palestras, publicações, minicursos, *workshops*, projetos de extensão, ciclos de debates abertos às comunidades e que inspira, produz e ajuda a circular as mais variadas publicações, panfletos, *folders*, revistas, livros, sites, canais no *You Tube*, *blogs*, páginas no *Facebook*, álbuns, artes, literatura, poesia abordando a temática racial no Brasil em sintonia com a diáspora africana (Gomes, 2017, pp.17-18).

Os movimentos também elaboram escolas em terreiros de candomblés, em blocos afros, escolas de samba, quilombos, comunidades tradicionais. Essas instituições produzem e divulgam conhecimentos a partir da ressignificação da memória, do patrimônio e da cultura da população afro-brasileira. Nesse contexto de lutas emancipatórias, antirracistas e de valorização da memória e do patrimônio dos afro-brasileiros é que os museus sociais afro-brasileiros têm se constituído. O primeiro identificado foi o Museu dos Escravos (hoje Museu do Negro), em 1938, criado pela Trissecular Imperial Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos<sup>4</sup> na cidade do Rio de Janeiro.

---

<sup>4</sup>José João Reis descreve algumas das atividades destas Irmandades: “Entre as instituições em torno das quais os negros se agregaram de forma mais ou menos autônoma, destacam-se as confrarias ou irmandades religiosas, dedicadas à devoção de santos católicos. Elas funcionavam como sociedades de ajuda mútua. Seus associados contribuíam com joias de entrada e taxas anuais, recebendo em troca assistência quando doentes, quando presos, quando famintos ou quando mortos... encarregavam da

A Irmandade existente desde 1640 buscava acolher a fé e a devoção do povo negro, que não podia entrar nas igrejas frequentadas pela população branca. Paralelamente, durante o período da escravização, colaborou com os homens e mulheres africanos/as escravizados/as e libertos/as nas fugas, esconderijos, alforrias, prestando assistência econômica, médico-hospitalar, providenciando enterros e sepultamentos dignos e, participou ativamente na campanha abolicionista. Isso permitiu que acumulasse documentos e objetos que registraram e testemunharam trezentos anos de atividade ininterrupta (Paiva, 2007).

O Museu foi criado em um momento de modificação do pensamento racial brasileiro, com a desconsideração do racismo científico – do entendimento do conceito biológico de classificação das raças humanas. Em outras palavras, é de quando as pessoas negras deixaram de ser desumanizadas, a partir das reflexões da antropologia cultural. Os indivíduos negros ganham positividade na sociedade brasileira, transmutam-se em seres humanos, mesmo “inferiores” e, nas suas diversas ações como escravizado, colaboraram para a construção social, econômica e cultural da sociedade brasileira.

O sociólogo Gilberto Freyre (1933) se destacou na construção desse pensamento, apresentando o indivíduo negro como humanizado, detentor de cultura que, numa relação dialética com a cultura do colonizador, colaborou como colonizado na construção da cultura brasileira (Santos, 2021). Freyre também foi o responsável pela construção da ideologia da democracia racial brasileira ao descrever no seu livro *Casa Grande e Senzala* essas relações, entre senhor e escravizado, como harmônicas, sem hierarquias, choques e tensões, o que deu a entender que o país sempre foi um local de convívio pacífico entre brancos, negros e indígenas. Isso favoreceu a miscigenação e o surgimento do “mulato (atualmente o pardo) uma síntese da aglutinação dos traços europeus, africanos e latinos, plenamente adaptado a viver nos trópicos.

Mesmo com essas modificações no pensamento racial brasileiro, o Museu dos Escravos nasceu da necessidade de dar visibilidade às identidades étnico-raciais, às memórias e patrimônios que registram uma longa tradição de resistência da população negra no país. Como diz Roza (2014, p. 224), pela visibilidade de “[...] sujeitos e processos ocultos, sub-representações, esquecidos do passado”. E para o uso pedagógico dos acervos “[...] direcionado às ações de lembrar, bem como do dever do não-esquecimento público, como antídotos para questões do tempo presente e prospecção problematizadora para o futuro” (*ibidem*). Teve-se a

---

organização de festas e funerais, coleta de esmolas, assistência aos doentes, administração da capela e do culto divino”(Reis, 1996, p. 4).

intenção de criar outros lugares de memória, ou seja, museus, arquivos, acervos, monumentos que pudessem incluir no ensino da história brasileira a memória e o patrimônio cultural afro-brasileiro e africano.

Portanto, o Museu dos Escravos foi idealizado como um contraponto às narrativas e representações da população negra nas instituições museológicas de responsabilidade dos poderes públicos que apresentavam as mulheres negras e homens negros de forma estereotipada e congelados na condição de escravizados<sup>5</sup>, mesmo após meio século da abolição da escravidão. Objetos de sevícias, como as correntes, libambos<sup>6</sup>, gargalheiras<sup>7</sup>, viramundo<sup>8</sup>, pelourinhos e chicotes, eram apresentados como testemunho da história do negro no Brasil. Infelizmente, em 1967, um incêndio consumiu todo o prédio da igreja que abrigava o Museu dos Escravos, já denominado Museu da Abolição<sup>9</sup>, e destruiu a quase totalidade do acervo de memória da escravização e da luta abolicionista da instituição. Como relata Andrea Paiva (2009)

De acordo com alguns membros da irmandade, eles seriam as “provas” que legitimavam a importância da igreja, da irmandade do período colonial brasileiro na memória nacional, pois tratava-se de documentação acerca do período da escravatura, referentes ao cotidiano e aos costumes urbanos. Parte desses documentos (dentre eles, registros tributários e livros de matrícula) já havia sido queimados em 14 de dezembro de 1890, por ordem de Rui Barbosa, abolicionista e ministro da república (Paiva, 2009, p. 55).

Dois anos depois, a partir de doações e incentivos financeiros, o museu foi reaberto com o nome de “Museu do Negro”. Atualmente, é um museu de caráter tradicional, registra sua importância na educação das relações étnico-raciais presentes na resistência e longa reexistência no enfrentamento da escravização, e na preservação da memória e do patrimônio cultural afro-brasileiros por quase quatro séculos.

Outra instituição, criada em 1950, durante a realização do 1º Congresso do Negro Brasileiro, pela entidade Teatro Experimental do Negro (TEN)<sup>10</sup> a partir de fértil e polêmica

<sup>5</sup> A abolição da escravatura ocorreu em 1888.

<sup>6</sup> Corrente de ferro com que se prendia pelo pescoço um grupo de pessoas escravizadas (Santos, 2021, p. 22),

<sup>7</sup> Espécie de coleira de ferro ou madeira, com três hastes para ganchos acima da cabeça, uma delas servia para segurar um chocalho ou sineta, e era usada para sujeitar escravizados fugitivos (Santos, 2021, p. 22).

<sup>8</sup> Grilhões de ferro com que se prendiam as pessoas escravizadas (Santos, 2021, p. 22).

<sup>9</sup> Na década de 1940, o Museu dos Escravos mudou de nome e passou chamar-se “Museu da Abolição”, provavelmente para realçar sua importância na luta abolicionista.

<sup>10</sup> O Teatro Experimental do Negro (TEN) surgiu em 1944 no Rio de Janeiro, idealizado por Abdias Nascimento (1914-2011) e sua proposta era de valorização social do negro e da cultura afro-brasileira por meio da educação e arte, bem como com a ambição de delinear um novo estilo dramático, com uma estética própria. A atuação incluía a melhoria real da qualidade de vida da população

discussão sobre a “Estética da Negritude” foi o Museu da Arte Negra (MAN). Segundo Abdias do Nascimento (1968),

Não é e não será o Museu de Arte Negra um órgão de acumulação ou depósito de um arquivo morto. Sob o critério da seleção estética, informado de Negritude, mas, fundamentalmente sujeito às imposições do humanismo, o MAN não se limitará ao campo exclusivo das artes plásticas. Será instrumento de pesquisas no amplo e vasto universo cultural afro-brasileiro. Aberto a todas as colaborações, desdenhará, entretanto, a incompreensão surda e muda dos conselhos de cultura, esterilizado na burocracia, prematuramente fenecidos no seu academismo original, ignorando que o típico, o autêntico, o significativo e específico da arte brasileira vêm, indubitavelmente da emoção, da sensibilidade do negro traduzidas em sua manifestação viva de arte, nos seus produtos culturais e estéticos densos de fascinação e amor (Nascimento, 1968, pp. 21-22).

O TEN e o MAN têm como fundador o militante negro e ex-senador da República Abdias do Nascimento (1914-2011) considerado um dos mais expressivos expoentes do Movimento Negro brasileiro, que passou a vida denunciando e tentando modificar a realidade da desigualdade racial das pessoas negras brasileiras.

O MAN nunca se materializou como instituição. Como projeto, registra na sua trajetória uma exposição em 1968 no Museu da Imagem e do Som (MIS) na cidade do Rio de Janeiro. Entre 2021 e 2023, o Instituto Inhotim<sup>11</sup> abrigou o MAN, realizando quatro exposições em comemoração aos dez anos de morte de Abdias do Nascimento. Essa foi uma parceria com o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (Ipeafro), também criado por Abdias, em 1982.

Como herdeiro do Projeto do MAN, o Ipeafro, em seu compromisso com a educação das relações étnico-raciais, utiliza as obras do museu nas ações, como consta em sua página institucional,

As mostras artísticas do Ipeafro fazem parte de seu trabalho educativo. Além das visitas guiadas de escolas e grupos comunitários, bem como atividades com alunos, o Ipeafro realiza ações junto a educadores e pesquisadores na perspectiva da atual política nacional de ensino da matriz africana e das relações étnico-raciais. As exposições apresentam imagens e peças artísticas e textos oriundos do acervo de Abdias Nascimento, sob a guarda do Ipeafro (<https://ipeafro.org.br/acoes/exposicoes/>)<sup>12</sup>.

---

afrodescendente, o que não podia prescindir do engajamento político de artistas, autores, diretores e demais formadores de opinião (Santos, 2022, p. 99).

<sup>11</sup>O Instituto Inhotim é um museu de arte contemporânea e Jardim Botânico, localizado em Brumadinho (MG).

<sup>12</sup>Acessado em: 05 ago. 2025.



Seguindo a ordem cronológica, a década de 1960, por conta da ditadura militar (1964-1988), as ações dos movimentos sociais foram restringidas. O estado militar considerava o país uma democracia racial e, assim, negava a existência do racismo e da discriminação racial. Com isso, tomou uma posição repressiva quanto à reunião das várias entidades antirracistas e, portanto, nesses anos, não se registra a criação de nenhum museu afro-brasileiro. Segundo Santos (2021),

qualquer manifestação foi vista como ameaça à segurança nacional, ou uma tentativa de desintegração da sociedade brasileira e da unidade nacional. A democracia racial foi exaltada e mesmo a parcela negra que apoiou o golpe foi impedida de assumir a sua identidade racial e a contrária a ter qualquer atitude em relação ao racismo e a discriminação racial (Santos, 2021, p. 86).

A conjuntura interna do país se apresentou desfavorável aos movimentos sociais, mas internacionalmente uma onda de inconformismo assolou o mundo e conjugou uma série de lutas por liberdades e melhorias sociais que causaram transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. Registraram-se manifestações dos movimentos de mulheres, indígenas, de negras/os, de estudantes, de trabalhadoras/es de diversas áreas, em busca por melhores condições de vida, trabalho, alimentação, educação, moradia, práticas religiosas, direitos humanos.

Esses ventos de desejos de mudanças sociais chegaram ao Brasil durante a década de 1970, que registra o ressurgimento dos movimentos sociais que incluem em suas reivindicações a volta aos direitos civis, às liberdades democráticas, à igualdade racial e de gênero, e o direito à memória. Os diversos grupos sociais exigem o reconhecimento como sujeitos da história, como produtores de conhecimento e cultura.

A abertura política brasileira, que tem o auge nos anos 1980, favoreceu o reconhecimento da cultura afro-brasileira e registrou algumas ações preservacionista. Em 1982, o terreiro de candomblé Ilê Axé Opô Afonjá em Salvador/BA, dirigido por Mãe Stella de Oxossi, criou o Museu Ilê Ohun Lailai. Esse foi o primeiro museu de uma instituição religiosa de matriz africana criado com o intuito de preservar na comunidade afrodescendente, pela religiosidade, e pela importância da história e da cultura Yorubá. Em 1986, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) tombou como patrimônio nacional a Serra da Barriga, sede do primeiro quilombo brasileiro, o Quilombo dos Palmares (1630-1697), no município de União dos Palmares (Alagoas), uma antiga reivindicação das entidades do Movimento Negro. No mesmo ano, o Iphan tombou o Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, pertencente à Sociedade São



Jorge do Engenho Velho, na língua yorubá “Ilê Axé Iyá Nassô Oki”. Foi o primeiro tombamento de um terreiro de candomblé, o que significa o reconhecendo das religiões de matrizes africanas.

Nas comemorações dos 100 anos da Abolição da Escravatura, em maio de 1988, as divergências e tensões entre o Estado brasileiro e o Movimento Negro foram escancaradas. Se, de um lado, realizavam-se festivas comemorações a esse tão importante fato para os poderes públicos; de outro, aconteciam em várias cidades brasileiras passeatas e atos públicos denunciando a falsa abolição da escravidão, o racismo e as desigualdades raciais a que estava submetida a parcela negra da população brasileira. Os ecos das manifestações foram ouvidos e, como resposta, em agosto do mesmo ano, o governo brasileiro criou um órgão cultural, a Fundação Cultural Palmares (FCP). Esse foi o primeiro órgão específico para tratamento das questões da população negra. Essa fundação foi criada como uma autarquia no Ministério da Cultura, para preservar e promover a cultura afro-brasileira e cuidar do Parque Memorial do Quilombo dos Palmares, que surgiu como parque temático sobre a cultura negra na recém-tombada Serra Barriga.

Em outubro de 1988 foi promulgada a nova Constituição Federal Brasileira

que ficou conhecida como a “Constituição Cidadã” por reconhecer “os diferentes grupos sociais como sujeitos com direito à memória”, para além da garantia dos direitos sociais, políticos e econômicos. Assim, ressignificou a noção de cultura, reconheceu o direito à terra das comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais reconheceu as religiões de matrizes africana, bem como a diversidade cultural e a formação multirracial da sociedade brasileira. Questões que impactaram diretamente a representação das culturas negras no cenário nacional (Santos, 2021, p. 87).

Assim, a partir da nova constituição foi deflagrado um novo percurso para os movimentos sociais brasileiros e o Movimento Negro como define Amauri Pereira (2008) deu um *salto*,

Tornaram-se comuns as associações, os convênios ou parcerias de Entidades Negras (ou militantes isolados) com órgãos governamentais, ONGs, ou com outros setores do Movimento Social (o sindicalismo, por exemplo). Tais relações viabilizaram projetos de pesquisas, de aquisição e manutenção de sedes e equipamentos, de qualificação e profissionalização de quadros e de intervenção na elaboração e implementação de políticas públicas antidiscriminatórias (Pereira, 2008, p. 69).

Como resultado, verifica-se nas décadas seguintes um crescente de ações de estudos e pesquisas que introduziram o quesito raça/cor e geraram dados sobre as pessoas negras no mercado de trabalho. Produziram reflexões sobre o racismo na escola, a discriminação nos livros didáticos, a necessidade de revisão dos currículos escolares para introdução da história da

África, dos afro-brasileiros e da diáspora africana. O aumento expressivo das cobranças de negras e negros em movimento para a adoção de políticas públicas governamentais ocorre a partir de 1996, quando o Governo brasileiro admite que o racismo afeta de forma estrutural a vida da parcela negra da população. Assim, grupos de trabalho interministerial são criados, leis são promulgadas. Com a chegada de um governo progressista à Presidência da República, órgãos governamentais específicos são criados em várias esferas do governo. Igualmente, instaura-se uma forma de governar em parceria com representantes da sociedade civil organizada, o que permite que entidades do Movimento ajudem a desenhar e avaliar as políticas públicas implementadas. No Quadro 1 podem ser verificadas as ações:

**Quadro 1** – Marcos fundamentais para as lutas do Movimento Negro Brasileiro

Ano	Marcos
1988	Promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil.
1989	Sancionada a Lei 7.716, em 5 de janeiro, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.
1995	Ocorre a primeira Marcha Nacional Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida.
1995	Criação do Grupo de Trabalho Interministerial para a População Negra. Objetivo: definir programas e ações governamentais para a superação das desigualdades étnico-raciais da população negra
1996	Seminário “Multiculturalismo e Ações Afirmativas” – promovido pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça (SNDH/MJ). O Governo brasileiro admite existir discriminação estrutural contra a parcela negra da população brasileira.
2000	Fundada em novembro a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN).
2001	Ocorre a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, entre 31 de agosto e 8 de setembro.
2002	Aprovação pela UNESCO da Declaração Universal sobre Diversidade Cultural.
2002	Regulamentação da Lei n.º 10.558 de 13 de novembro que cria o “Programa Diversidade na Universidade” para promover o acesso ao ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, entre elas afro-brasileiras e indígenas.
2003	A Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro, é sancionada, alterando os artigos 26-A e 79-B da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB - Lei n.º 9394/1996) tornando obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio. Inclui no calendário escolar o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.
2003	Lei n.º 10.678, de 23 de maio cria a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), com <i>status</i> de ministérios, ligada à Presidência da República.
2003	Algumas universidades públicas <sup>13</sup> adotam medidas de ações afirmativas como forma de acesso, em especial, as cotas raciais.
2004	Criação pelo Ministério da Educação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad).

<sup>13</sup>A partir de 2003, algumas instituições de ensino superior estaduais e federais iniciaram a adoção de ações afirmativas de reserva de vagas para negras e negros no exame vestibular de ingresso. As primeiras instituições foram a Universidade Estadual da Bahia (Uneb); a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e a Universidade de Brasília (UnB).

2008	A Conferência Nacional da Educação Básica (Coneb) insere no documento final a questão étnico-racial e outras expressões da diversidade.
2008	A lei n.º 11,645/2008, complementa a lei n.º 10639/2003 e institui nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio a obrigatoriedade de ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.
2009	Criação do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
2010	Criação da Lei federal n.º 12.288, de 10 de julho, que institui o Estatuto da Igualdade Racial.
2012	Aprovação do princípio constitucional da ação afirmativa pelo Supremo Tribunal Federal.
2012	Sanção da Lei n.º 12.711, de 19 de agosto, que dispõe sobre cotas sociais e raciais para o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino médio, técnico e superior.

Fonte: Elaborado pelas autorias (2025).

Negras e negros dos movimentos sociais pressionaram e colocaram a questão racial na agenda pública brasileira, não apenas em sua dimensão política, e dinamizaram as discussões sobre o bem viver e o direito à memória. Nesse sentido, o *salto* incluiu tanto romper com o processo de educação das relações raciais apenas nos grupos e entidades antirracistas, quanto transformar essa ação em lei<sup>14</sup> obrigando as escolas públicas e privadas, de ensino fundamental e médio, a ministrarem a história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

Essa ação ao mesmo tempo proporcionou a emancipação, a equidade das pessoas negras (consciência racial) e, por outro lado, disseminou uma educação antirracista para toda a sociedade, a fim de minimizar o racismo e a discriminação racial.

Os museus afro-brasileiros, criados pelas entidades do Movimento Negro, a partir de 1990, foram influenciados por essa nova forma de posicionar a luta antirracista. Também foram contaminados pelos novos paradigmas do campo museológico que, com novas abordagens, “se compromete com o direito à memória dos grupos marginalizados e o engajamento social na busca por soluções para os problemas sociais contemporâneos como: a desigualdade social, o racismo, o sexismo, gênero, a imigração; cidadania, direitos humanos” (Santos, 2021, p. 63).

Aprovadas em eventos, essas questões resultaram em documentos, marcos importantes do campo museológico internacional e nacional, e na construção de organismos

<sup>14</sup>A Lei n.º 10639/2003 altera os artigos 26-A e 79-B da lei n.º 9394/96 a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), tornando obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio. Posteriormente, ela é completada com a aprovação da Lei n.º 11645/2008 que instituiu nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio a obrigatoriedade de ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

governamentais e leis que possibilitaram o reconhecimento de novas abordagens nesse campo, como verificado no Quadro 2:

**Quadro 2** - Marcos no campo museológico internacional e nacional

Ano	Marcos
1972	Declaração de Santiago do Chile.
1972	Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (Unesco).
1984	Declaração de Quebec.
1988	Criação da Lei n.º 7.668, de 22 de agosto, autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares (FCP).
2000	Decreto n.º 3551/2000 institui o registro de bens culturais da natureza imaterial do patrimônio cultural brasileiro.
2003	Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial (Unesco).
2004	Decreto n.º 5.264 institui o Sistema Brasileiro de Museus (SBM).
2005	Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (Unesco).
2009	Lei n.º 11.904 instituindo o Estatuto de Museus.
2009	A Lei n.º 11.906 cria o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram/MinC), como autarquia do Ministério da Cultura.

Fonte: Elaborado pelas autorias (2025).

Assim, nas últimas décadas, identificamos no Guia Nacional de Museus (Ibram/MinC, 2011) a criação de quinze museus afro-brasileiros, socialmente construídos por entidades do Movimento Negro: entidades religiosas de matrizes africanas, entidades católicas, clubes negros, entidades negras políticas e culturais, associações e comunidade de bairro. Cinco museus digitais foram construídos por centros e/ou núcleos de estudos africanos e afrobrasileiros, e dois por comunidades quilombolas, como pode ser verificado o Quadro 3.

**Quadro 3** – Museus sociais afro-brasileiros criados a partir da década de 1990

Instituição	Entidade	Ano
Memorial Mãe Menininha do Gantois – Salvador/BA	Religião de matriz africana	1992
Museu Capixaba do Negro – MUCANE - Vitória/ES	Entidades políticas e culturais	1993
Memorial Lajoumim- Salvador/BA	Religião de matriz africana	1994
Memorial da Irmandade de N. Sra da Boa Morte/ BA	Religião Católica	1995
Museu do Negro de Campinas/SP	Entidades políticas e culturais	2002
Museu Treze de Maio/RS	Clube Social	2003

Museu Comunitário Mãe Mirinha de Portão/BA	Religião de matriz africana	2004
Òsun Ìya Oke Ilê Afro-Brasileiro Ode Lorecy/SP	Religião de matriz africana	2004
Museu Afro Omon Ajagunan/BA	Religião de matriz africana	2005
Museu da Maré/RJ	Comunidade de bairro	2006
Instituto de Pesquisas Afro Cultural Odé Gbomi/RJ	Religião de matriz africana	2008
Museu de Favela/RJ	Associação de bairro	2008
Casa do Samba de Dona Dalva/BA	Entidade cultural	2009
Museu D.Memória Africana e Afro-Brasileira/BA	Centro de estudos	2009
Museu D. Memória Africana e Afro-Brasileira/MA	Centro de Estudos	2009
Museu D. Memória Africana e Afro-Brasileira/RJ	Centro de Estudos	2010
Museu D. Memória Africana e Afro-Brasileira/MT	Centro de Estudos	2010
Museu D. Memória Africana e Afro-Brasileira/PE	Centro de Estudos	2010
Memorial Kisimbê - Águas do Saber	Religião de matriz africana	2011
Museus dos Quilombos e Favelas Urbanos	Comunidade de bairro	2013
Espaço de Memória do Quilombo Mesquita/GO	Associação Quilombola	2013
Museu Iaiá Procópio/GO	Associação Quilombola	2019

Fonte: Santos, 2022.

Consideramos que essas instituições têm diferentes tutelas, mas são espaços sociais que enfatizam a participação ativa da comunidade na preservação, interpretação e divulgação da história e cultura afro-brasileiras. Localizados em territorialidades negras, favelas, comunidades, terreiros, igrejas e clubes, exercitam suas cidadanias, trocam saberes e fazeres, enquanto preservam suas memórias e seus patrimônios.

Nesse exercício de apresentar a potência de educador das relações étnico-raciais dos museus afro-brasileiros construídos pelas entidades do movimento negro, apresentamos a seguir as ações de dois museus, o Museu Capixaba do Negro Verônica da Pas (Mucane) e o Museu Afro Digital Galeria Mato Grosso (MAD/MT) da Rede Afro-Digital.

A perpetuação dessas violências simbólicas contribui para a manutenção de narrativas que invisibilizam ou distorcem a experiência das mulheres na sociedade e, construída em um contexto social permeado pela cultura do estupro, já se configura como um espaço suscetível à violência de gênero. Mesmo na ausência de um corpo físico ao qual essa violência possa ser diretamente imposta, sua manifestação ocorre por meio de símbolos, narrativas e discursos que reforçam a subalternização das mulheres.

Assim, a violência não se restringe ao âmbito material, mas se estende às representações culturais, artísticas e históricas, consolidando estereótipos e perpetuando a lógica do domínio patriarcal sobre a memória e a identidade das mulheres (Sampaio, Martins, Côrtes, Mota, 2021). Pensando nessas nuances, o presente estudo é pautado no seguinte questionamento: de que maneira a cultura do estupro se inscreve e se perpetua nos elementos do patrimônio cultural, especialmente nos monumentos que representam mulheres?

A proposta consiste em investigar iniciativas de denúncia, combate e prevenção da violência de gênero por meio de ações de contrapatrimônio, analisando intervenções artísticas e campanhas que questionam representações simbólicas no espaço público.

Para isso, foram examinadas as manifestações da Organização Não Governamental (ONG) *Terre des Femmes*, que, por meio da campanha *Não Silenciar a Violência*, utilizou estátuas em cidades como Munique, Berlim e Bremen, na Alemanha, como ferramentas de conscientização e denúncia às violências sofridas por mulheres cotidianamente. No contexto das artes e da crítica social, foi analisado o experimento realizado pelo artista britânico Rory Macbeth, que criou uma escultura hiperrealista de cera de uma mulher, evidenciando a vulnerabilidade e a objetificação dos corpos de mulheres no espaço público. Além disso, empreendeu-se uma discussão sobre a repercussão da releitura da estátua da mitológica Medusa, criada pelo artista argentino Luciano Garbati, enquanto expressão do debate sobre violência e poder nas representações de mulheres no patrimônio cultural. Outrossim, objetivou-se analisar as manifestações da cultura do estupro na representação de mulheres em monumentos e verificar ações pontuais de resposta a tais violências, lançando mão da perspectiva do contramonumento.

Para articular a resposta a esse questionamento e alcançar o objetivo proposto, esta pesquisa se caracteriza, metodologicamente, como exploratória, qualitativa e documental. A abordagem exploratória tem por objetivo “proporcionar maior familiaridade com o problema” (Gil, 2002, p. 41), visto que a temática deste estudo ainda se encontra em estágio embrionário na área da Ciência da Informação. Isso permite ampliar o escopo de análise sob perspectivas memorial, informacional, cultural, representacional e discursiva no que tange aos monumentos de mulheres e suas interrelações com a temática de gênero.

A pesquisa documental fundamenta-se na concepção de que os monumentos podem ser compreendidos como documentos. Para tanto, adota-se o referencial de Suzanne Briet (1951), que define documento como “[...] todo indício, concreto ou simbólico, conservado ou

registrado, com a finalidade de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual”.

A partir dessa compreensão, os monumentos não são apenas expressões artísticas, mas também registros históricos e culturais que carregam camadas de significação e reprodução de discursos hegemônicos. Dessa forma, a análise desses monumentos permite identificar como as representações de mulheres no espaço público são moldadas por estruturas de poder que naturalizam ou reforçam a violência de gênero.

Compreender esses monumentos como documentos possibilita uma leitura crítica das dinâmicas de memória e de esquecimento, contribuindo para debates sobre patrimônio cultural, representatividade e ações de contrapatrimônio que buscam ressignificar ou contestar essas narrativas.

Além da análise dos monumentos como documentos, a pesquisa examina materiais informacionais produzidos pela organização não governamental *Terre des Femmes* (2024), cujas campanhas e intervenções urbanas oferecem subsídios para compreender como ações de contrapatrimônio têm sido mobilizadas para denunciar e combater a cultura do estupro inscrita no patrimônio cultural.

A partir do experimento realizado por Rory Macbeth, pode-se observar como são latentes a objetificação das mulheres e as implicações da violência de gênero, manifestas nas obras de arte. A escultura hiperrealista de cera, que retrata uma mulher, ao ser alocada em espaço público, colocou-a em vulnerabilidade, questionando a percepção social sobre o tratamento das mulheres e as questões de poder e opressão presentes nas representações artísticas.

A releitura da estátua da mitológica Medusa, do artista argentino Luciano Garbati (2008), foi igualmente analisada como um contraponto discursivo às representações tradicionais da violência de gênero na arte pública. Dessa forma, a metodologia adotada busca articular elementos documentais, discursivos e informacionais, permitindo uma reflexão ampla sobre as dinâmicas simbólicas da violência de gênero nos monumentos que representam mulheres.



## 2. A Museu Capixaba do Negro Verônica da Pas (Mucane)

O Museu Capixaba do Negro Verônica da Pas (Mucane), localizado na cidade de Vitória, capital do estado do Espírito Santo é, desde 2012, um equipamento cultural da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de Vitória que tem como objetivo apresentar a história da cultura negra capixaba e ser um centro de referência da cultura afro-brasileira. No entanto, não é o jogo de memória do poder no processo de reconhecimento e apropriação dessa instituição que queremos apresentar, mas o poder da memória (Chagas, 2002; Bittencourt, 2013) de visibilizar

o diálogo com a comunidade negra e com militantes e acadêmicos negros, personalidades artísticas, políticas e populares negras que compreenderam o museu, de forma transgressora como um espaço para a valorização da história e cultura negra e o seu papel como ferramenta pedagógica, política e poética de enfrentamento ao racismo, de promoção da igualdade racial, de desenvolvimento e de empoderamento social (Santos, 2022, p.154).

A construção do Mucane foi um processo iniciado em 1988. Em comemoração ao Centenário da Abolição da Escravatura, foi marcada por várias atividades, entre elas o Seminário Internacional da Escravidão *A Escravidão: Aspectos históricos, econômicos, políticos e culturais – 1888-1988*, organizado pela Comissão do Centenário da Lei Áurea criada pela Sub-Reitoria da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) em parceria com o Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e presidido pela Professora Doutora Maria Verônica da Pas.

Entre os vários desdobramentos do Seminário, destacou-se a criação de uma comissão formada por intelectuais e entidades do Movimento Negro Capixaba para a elaboração de um museu do negro em Vitória, sendo a Professora Verônica da Pas indicada como representante da UFES. Como relata Edileuza de Souza, a “ideia sempre foi pensar um museu contemporâneo que apresentasse a história dos africanos e seus descendentes para além da escravização e opressão, um lugar que servisse para apresentar a história, a arte e a cultura da África e de sua Diáspora e para estimular a autoestima negra” (Souza, 2017).

Apenas em 13 de maio de 1993, pelo Decreto Estadual n.º 3527, o governador Albuíno Azeredo, primeiro governador negro do Espírito Santo, criou o Museu Capixaba do Negro no âmbito do Departamento Estadual de Cultura, subordinado à Divisão de Memória e gerenciado pela Divisão de Espaços e Eventos. Nomeou Maria Verônica da Pas como coordenadora e definiu o segundo andar de um prédio em ruínas no centro de Vitória, com o térreo ocupado por uma

Delegacia de Polícia como sede. Não criou estrutura organizacional e não destinou recursos orçamentários, nem humanos para viabilizar a reforma da edificação, muito menos para a estruturação da abertura e seu funcionamento.

Com a morosidade do início das reformas do edifício, o que restou foi a ocupação, que se deu:

[...] justificada pelo descaso das autoridades públicas estaduais em investir nas reformas e o receio dos ativistas e militantes negros e negras da perda do local. Com o lema “ocupar para resistir e existir” (Meirelles, 2012; Santos, 2012; Suely, 2016; Souza 2017) a ocupação político-cultural marcou o início do funcionamento do museu e como relatou Suely Bispo (2016) em relação ao edifício, “ele ficaria abandonado se não fosse o movimento de ocupação e resistência empreendido, de forma voluntária, por muitos atores sociais, com várias atividades artísticas (saraus, oficinas de capoeira, dança-afro, música) e, também, cursinho pré vestibular” (Bispo, 2016, p. 275).

O espaço mobilizou uma gama de agentes e entidades da luta antirracista capixaba que se voluntariaram a oferecer aulas de dança e canto, fazer exposições, oficinas, palestras, lançamentos de livros, reuniões e encontros no local para manter o espaço do museu em funcionamento. Da mesma forma, houve uma resposta da comunidade negra e da população em geral da cidade de Vitória, que se inscreveu nos cursos e participou das atividades ali realizadas.

Ocupando criaram um curso pré-vestibular para negros e negras e pessoas carentes que, em sua primeira versão registrou 400 escritos para concorrer a 100 vagas. Por segurança, as atividades do cursinho foram realizadas fora do Museu em uma estrutura emprestada. Ocorreram oficinas de dança afro com a participação de advogados, lixeiros, empregadas domésticas e médicos (Castro, 2012, p. 26) e, nos dias das aulas, reuniam mais de cem pessoas, o que preocupou os gestores pois o prédio não oferecia condições de segurança: tabuas soltas, banheiros improvisados, teto com infiltração etc.

O grupo de dança Negra-Ô transferiu a sua sede para as instalações do museu. As aulas de capoeira eram outra atividade de grande sucesso no Mucane, e havia o revezamento de vários mestres e grupos que transmitiram os ensinamentos corporais e conhecimentos da história e da luta dos negros no Brasil e no Espírito Santo (Santos, 2022, p.175).

A música teve presença marcante nas atividades de ocupação, com aulas, oficinas e animação dos eventos do museu: abertura das exposições, lançamento de livros, saraus e shows. As oficinas eram de canto coral, de instrumentos como violão, contrabaixo, bandolim,

cavaquinho, percussão e bateria. A maior procura foi para os ritmos de chorinho e do samba que as escolas de música tradicionais não ofereciam (Santos 2022, p. 175).

O cronograma de eventos seguia as datas do calendário do Movimento Negro: o 13 de maio era comemorado por ser a data de fundação do museu, mas não deixa de denunciar o racismo brasileiro. O 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, movimentava a cidade, vinham muitos visitantes, e familiares dos participantes das oficinas e as atividades extrapolavam para a rua, às vezes com atrito com a Delegacia de Polícia que funcionava no térreo do prédio. As ações educativas eram o fazer museal do Mucane que, além das festividades, recebia muitos estudantes e pesquisadores em busca de informações sobre a temática negra.

As cobranças para a reforma do prédio e a solicitação de recursos financeiros, materiais e humanos nunca saíram da pauta dos(as) militantes negros(as), que realizavam ações como: cerco aos políticos eleitos e/ou aos candidatos a governador, deputados federais, estaduais, prefeitos e vereadores. O fato é que as instâncias estaduais, responsáveis pelo museu, ignoravam a ocupação e a utilização do prédio público, e demonstravam descaso com a vida de centenas de cidadãos e cidadãs que frequentavam as precárias instalações do museu. Nas pesquisas não foi verificado, em nenhum momento, que houvesse pressões dos poderes públicos estaduais ou municipais para a desocupação do edifício invadido.

Somente em 2007 o processo de ocupação caminhava para um desfecho, quando o estado do Espírito Santo, transferiu por Lei Complementar, o prédio e administração do Mucane para o município de Vitória pelo prazo de 25 anos, renovável caso houvesse interesse entre as partes (Castro 2012). Ao assumir a prefeitura de Vitória<sup>15</sup>, apresenta planos para a reforma do espaço e administração do museu dentro de uma política para a promoção da igualdade racial, demandas do Movimento Negro Capixaba.

Assim, iniciam-se ações para restauração e adequação do prédio e construção de um novo prédio, bem como são elaborados os trâmites jurídicos administrativos para a regularização da estrutura organizacional, recursos humanos e orçamentários para a inauguração e funcionamento do museu. O prédio foi interditado para o início das obras em 2008, e as oficinas e atividades foram canceladas, para indignação do coordenador na época que mantinha diálogos diretos com a prefeitura.

---

<sup>15</sup> Durante a gestão do Prefeito Luiz Paulo Vellozo de Lucas (2004/2008) do Partido Social-Democracia Brasileira (PSDB).

A reforma durou quase 4 anos. Nesse interim, as tensões e conflitos extrapolaram o embate com o poder público e atingiram as relações entre pessoas e entidades participantes do processo. Resultou que, em 2012, na inauguração<sup>16</sup>, o museu passou a denominar-se Museu Capixaba do Negro “Verônica da Pas” em homenagem a sua idealizadora, fundadora e primeira coordenadora, única marca que ficou dos mais de vinte anos de gerenciamento da instituição pelo museu pelo Movimento Negro Brasileiro.

Neste momento, terminamos a narrativa, pois o Mucane deixou de ser uma ação do Movimento Negro Capixaba. Os negros e negras que participaram dessa experiência não se consideraram perdedores, pois a ideia desde o início era efetivar um museu especializado na história e cultura afro-brasileira e afro-capixaba na estrutura do estado ou do Município, o que foi concretizado.

### 3. Rede AfroDigital e o projeto educativo do Museu AfroDigital Galeria Mato Grosso (MAD/MT)

Outro exemplo é o projeto da Rede Afro-digital de museus que surge no século XXI, com a criação do primeiro Museu Afro Digital no Brasil, em 2010, no Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (CEAO). As primeiras articulações para a criação desse Museu Afro Digital surgem na escola doutoral internacional sobre estudos étnico-raciais e africanos, a Fábrica de Ideias. A escola foi constituída, no Rio de Janeiro, em 1998, no Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), da Universidade Candido Mendes (Ucam) e, desde 2002, está sediada no Programa de Extensão em Pós-Graduação no Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador.

A ideia de um Museu Afro Digital nasceu a partir do arquivo de recortes de jornais e folhetos – *clippings* sobre o movimento negro, raça, racismo e África, criado na gestão do sociólogo Carlos Hasenbalg. Reuniram-se pesquisadoras(es) antirracistas, que discutiam temas relacionados à religião afro-brasileira e questões étnico-raciais, entre os quais estão: Lívio Sansone, Sérgio Ferreti, Myriam Sepúlveda, Julie Cavignac e Valdemir Zamparoni. Além disso, ocorreram diálogos internos e externos promovidos nas associações, grupos de trabalhos (GTs), seminários, conselhos e/ou comitês, como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa

---

<sup>16</sup> Inaugurado na gestão do Prefeito João Coser (2009/2012) do Partido dos Trabalhadores (PT).

em Ciências Sociais (Anpocs), o Comitê de Museus e Patrimônios da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e a Rede de Memória da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

Na atualidade, esses museus afro-digitais fazem digitalização, arquivamento, musealização e disponibilização de acervos construídos a partir de quatro conceitos: repatriação digital, doação digital, etnografia digital e, generosidade e solidariedade digital. A Rede Nacional é formada por estações digitais ou Museus Afro-Digitais (MADs) que estão presentes em três regiões brasileiras: Nordeste (Bahia, Maranhão, Pernambuco e Rio Grande do Norte), Centro-Oeste (Mato Grosso) e Sudeste (Rio de Janeiro), e uma internacional, em Portugal. Seus nomes são: Museu da Memória Africana e Afro-Brasileira da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Museu Afro Digital Maranhão da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Museu Afro Digital de Pernambuco da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Museu Afro Digital do Rio Grande do Norte da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Museu Afro Digital Galeria Mato Grosso da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Museu Afro Digital Galeria do Rio de Janeiro da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e Museu Afro Digital – Estação Portugal, da Universidade de Coimbra (UC). Atualmente, são coordenados na UFBA por Lívio Sansone e Jamile Borges, Gabriel Cid e Maria Alice Rezende Gonçalves; na UFPE, por Antônio Motta e Charles Martins; na UFMA, por Marilande Martins Abreu; na UFMT, por Maria Lúcia Rodrigues Muller e Candida Soares da Costa; na UERJ, por Ana Paula Alves Ribeiro; na UFRN, por Julie Cavnage; e na UC, por Pedro Pereira Leite.

De caráter nacional, a Rede está vinculada às instituições acadêmicas para patrimonializar a luta contra o racismo, musealizar bens e artefatos, tendo como foco a educação antirracista. Ela tem o intuito de valorizar a memória e o patrimônio cultural afro-brasileiro e africano, além de refletir sobre questões como memória ancestral africana, repatriação, identidade e africanidade, como aponta Jamile Silva (2021). Pois, conforme Maria Gonçalves (2014, p. 15),

[...] sabemos que são poucos e precários os museus étnicos no país, em especial aqueles que tratam da memória negra no país. Como já foi dito, a Lei nº 10.639/03, que modifica a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB/96), não poderá ser implementada satisfatoriamente sem o acesso aos documentos, imagens, vídeos, fotos, entrevistas com lideranças negras etc. que digam respeito à história e à cultura afro-brasileira.

Por isso escolhemos apresentar o MAD da UFMT, um dos museus afrodigitais analisados na dissertação *Entre Tramas e Resistências: encruzilhadas da Informação etnicorracial e ciberativismo na rede afro-digital de museus* defendida em 2024 por Kátia Brito. Esse museu

desempenha um papel educador social a partir da universidade, viabilizando acervos e registros sobre questões como africanidade e patrimônio cultural afro-brasileiro, além de debruçar-se sobre a contribuição de pessoas negras na memória educacional brasileira.

Essa ação contribuiu também para o enfrentamento ao racismo institucional e estrutural, demonstrou a atuação do movimento negro no Mato Grosso e se somou as outras contribuições do protagonismo negro matogrossense, como: União Consciência Negra Mato Grosso, Instituto Mato-grossense de Resgate da Cultura e Cidadania Negra (Imarc), Coletivo Negro Universitário da UFMT, Associação dos Senegaleses do Estado de Mato Grosso (ASSENMAT), Associação de Defesa dos Haitianos Imigrantes e Migrantes em Mato Grosso (ADHIMI-MT), Associação da Comunidade Negra Rural Quilombo Ribeirão da Mutuca Acorquirim) Coletivo Negro CorAgem (UFMT Campus Barra do Garças), Coletivo de Mulheres Negras de Cáceres, Coletivo Negro da Psicologia Kilombo Cassangue, Coletivo Negro Audiovisual Quariterê, Conselho de Política de Ações Afirmativas da PRAE (CPAA UFMT), Conselho Estadual de Promoção à Igualdade Racial (Cepir-MT), Comissão Estadual de Defesa da Igualdade Racial (OAB/MT), Comissão de Relações Étnico-Raciais do Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso, Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso (ImuneMT); Ilè Okowoò Asè Ya Lomin'osà – Egbe Omorisa Sango, Nova Frente Negra Brasileira (Juína/MT) e União de Negros Pela Igualdade (Unegro).

É nesse contexto que surge o Museu Afro Digital Galeria Mato Grosso, vinculado à Universidade Federal do Mato Grosso. Atualmente, a instituição está registrada como projeto de extensão na Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência (Procev), com financiamento da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR/PR, situado na plataforma da UFMT. É composto por uma equipe de docentes, pesquisadoras/es, estudantes de pós-graduação, extensionistas no âmbito do NEPRI, egressas(os), e graduandas(os) (Bruto, 2024).

Figura 1 - Museu Afro Digital Galeria Mato Grosso



Fonte: Página inicial do Museu Afro Digital Galeria Mato Grosso<sup>17</sup>

O Museu Afro Digital de Mato Grosso – Galeria Mato Grosso pretende reunir, em formato digital, documentos (em sentido mais amplo) e disponibilizar virtualmente, através de exposições, arquivos e acervos, a história de africanos e seus descendentes no Brasil. Sabemos da importância da história e da memória na afirmação de identidades e no combate ao racismo e à discriminação (Museu Afro Digital Mato Grosso, 2024).

O Museu Afro-digital Mato Grosso (Figura 1), expresso na citação em epígrafe, é responsável por preservar a memória quilombola e traduz a herança, vivências e práticas africanas e afro-brasileiras. Segundo Cândida Soares da Costa, uma das coordenadoras do MAD/MT, em entrevista (2023), o Museu Afro-digital surgiu em 2011 com o objetivo de construir um ambiente voltado à memória afro-brasileira em Mato Grosso. A proposta nasceu da fundadora do núcleo e atual coordenadora do Nepri, professora Maria Lúcia Rodrigues Muller que contou “[...] com a participação da população e de diferentes setores da sociedade - movimentos sociais, religiões de matriz africanas, quilombolas e docentes da rede básica” (Brito, 2024, p. 179).

O MAD/MT faz parte das redes educativas antirracistas que constroem outros saberes e outra cartografia acerca do passado e presente negro, na luta pela emancipação e igualdade racial. Ele nasce da urgência de suprir a ausência de museus negros no estado do Mato Grosso, em que as informações sobre a temática negra estão dispersas entre várias universidades. Para Cândida (*apud* Brito, 2024), atual coordenadora do MAD/MT, a relevância do museu se dá não

<sup>17</sup>Disponível em: <https://setec.ufmt.br/mafro/>. Acesso em: 02 jul. 2024.



apenas na construção de outras narrativas e formação de conhecimento, cultura e identidade sobre a/o negra/o matogrossense, mas principalmente quando nos referimos à educação, quando há o apagamento da contribuição negra na sua constituição.

Por isso a ideia de salvar o museu, porque a equipe entende a dimensão importante do MAD/ MT para o núcleo de pesquisa, a população negra de Mato Grosso e o combate ao racismo. Porque a história de Mato Grosso, ela é contada sobre apenas uma perspectiva, onde, embora haja uma população mais de 60% da população negra, segundo os dados do IBGE. E eu não vi os últimos dados desse dessa última, mas anterior eram mais de 60% e onde tem uma concentração de povos indígenas importantes. Mas, a história de Mato Grosso, ela é contada apenas por uma perspectiva etnocêntrica e eurocêntrica. Considerando, são migrantes basicamente sulistas, que da década de 60 para cá, com um projeto de ocupação do território brasileiro. Então houve um deslocamento importante, também para nossa região e para o estado de Mato Grosso. Então, é como eu estava dizendo, então isso tem uma relevância social, muito importante, a gente entende o museu como um elemento importante, educativo importante (Soares, 2023).

Assim, o processo de organização e uso do acervo teve a participação de diferentes segmentos da comunidade, em que o museu busca desenvolver atividades que dialoguem com a educação básica, a partir do tripé do ensino, pesquisa e extensão, e articulando outras formas de registro voltado para a perspectiva museológica. “Atualmente, o arquivo do MAD/MT é constituído por 25 imagens em que a Fundação Biblioteca Nacional é atual instituição detentora” (Brito, 2024, p. 212). Podemos encontrar disponíveis no *site* acervos fotográficos, áudios, vídeos, além das exposições, que estão divididas em três seções: “Outras Histórias”, “Preservação da Memória Quilombola” e “Memória dos Povos de Religiões de Matriz Africana”, como exposto no Quadro 4:

**Quadro 4** - Exposições do Museu Afro-Digital Galeria do Mato Grosso

Seção 1 – Outras Histórias		
Título	Documentos digitalizados	Instituição detentora
Alunos Negros no ensino profissionalizante (Cuiabá – IMFT 1890-1930)	9 imagens	Colégio São Gonçalo, Casa Barão de Melgaço, Graphico do Estado de Matto-Grosso (1914). APMT e Museu da Imagem e do Som de Cuiabá.
Professores Negros na primeira República	29 imagens	Maria Lúcia Rodrigues Muller (As fotos desta exposição foram retiradas do Livro A Cor da Escola –imagens da Primeira República)
Professor Hemeterio José dos Santos	1 imagem	Biblioteca Nacional
Seção 2 – Preservação da Memória Quilombola		

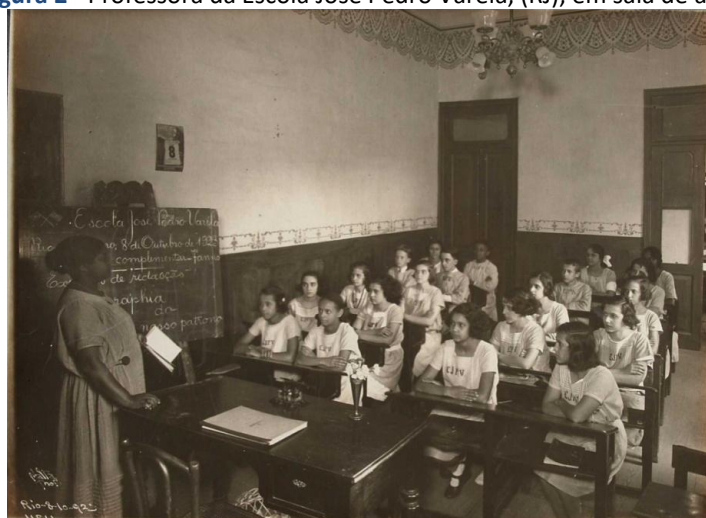
Título	Documentos digitalizados	Instituição detentora ou fotógrafas(os)
Entrevista com o Quilombola	X	X
Memória e Educação na comunidade quilombola de Mata Cavalo	40 imagens	Maria dos Anjos Lina dos Santos
Capão de Negros	X	X
<b>Seção 3 - Memória dos Povos de Religiões de Matriz Africana</b>		
Título	Documentos digitalizados	Instituição Detentora ou Fotógrafas(os)
Casa de Santo	11 imagens	X

Fonte: Brito (2024, p. 213).

A curadoria do Museu Afro-digital de Mato Grosso permite a compreensão de que, nas escolas brasileiras do final do século XIX e início do século XX, as(os) estudantes negras(os) e pobres estavam inseridas(os) na educação e formação profissional. Havia uma presença negra nos espaços ocupados pela branquitude. Isso se “[...] comprova [pel]a existência de pessoas negras exercendo a profissão de docência no início do século XIX” (Brito, 2024, p. 215). Pois, como afirma Nilma Gomes (2012, p. 736),

[...] ao tematizar as ações desencadeadas pelo movimento negro, afirma que o pós-Abolição da Escravatura, em 1888, e a Proclamação da República, em 1889, são um período marcante para o futuro dos negros brasileiros. Deixar de ser um “ex-escravo” ou liberto para ser cidadão, ter direitos iguais, não ser visto como inferior e vivenciar a cidadania plena era o sonho perseguido pela população negra da época, sobretudo os setores mais organizados. Entre as suas reivindicações, a educação se tornou prioritária, pois o analfabetismo e a lenta inserção nas escolas oficiais se constituíam em um dos principais problemas dessa população para a inserção no mundo do trabalho.

**Figura 2** - Professora da Escola José Pedro Varela, (RJ), em sala de aula.



Fonte: Página do Museu Afro-digital do Mato Grosso<sup>18</sup>

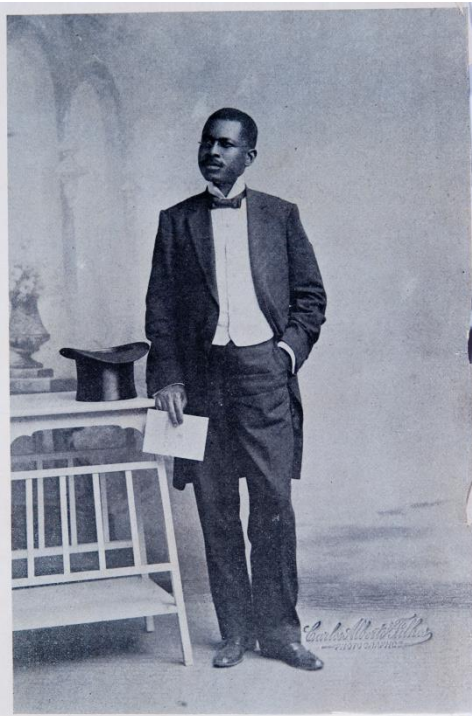
<sup>18</sup> Disponível em: <https://setec.ufmt.br/mafro/?p=111> . Acesso em: 03 jul. 2024.

As fotografias da Primeira República, entres elas a Figura 2, demonstram uma redução de normalistas e docentes negras/os nas salas de aulas, devido à ideologia de branqueamento instituída no Brasil, a partir de 1920, e que se intensificou em 1930. Essas abordagens do museu permitem que outras referências estéticas, éticas e étnicas sejam construídas sobre a população negra, desconstruindo o imaginário racial estabelecido e retroalimentado pelos museus físicos desde a colonização, por meio de artefatos, documentos e imagens.

A digitalização dos MADs possibilita a “[...] (re)semantização das memórias e histórias [...], tornando acessíveis digitalmente para diversos públicos, as coleções e acervos etnográfico, histórico-social, artístico-cultural afro-brasileiros e africanos” (Brito, 2024, p. 226). Esses outros sentidos que são dados aos documentos pela informação étnico-racial rompem com o “[...] sistema de registro e acumulação documentária brancocêntrico – catalogação, classificação, vocabulário controlado, termos descritores e representação da informação” (*idem*, p. 228). Ou seja,

O combate à hierarquização das culturas é um dos desafios dos museus “afro” e da escola: apresentar a complexidade das culturas de matriz africana e sua diversidade; romper com os estereótipos que as aproximam do primitivo no sentido evolucionista do termo. Representações que as aproximam do natural, do primitivo, em oposição ao mundo civilizado, afirmando assim uma estética “afro” baseada em cores fortes, batuques, animais ferozes, elementos considerados rústicos: pedras, palhas ou marfins. Cabe lembrar que essas imagens são reforçadas por meio de filmes, desenhos e músicas difundidas por todo o mundo. É tarefa da escola a desconstrução dessas visões e o fortalecimento das culturas afro-brasileiras com sua complexidade (Gonçalves, 2014, p. 15).

**Figura 3-** Professor Hemetério José dos Santos



Fonte: Página do Museu Afro-digital do Mato Grosso<sup>19</sup>

Quando as/os profissionais, do MAD de Mato Grosso se propõem a digitalizar e divulgar a imagem de um professor negro, promovem a desconstrução do estereótipo racista e o apagamento da contribuição da população negra para a educação brasileira, promovendo uma educação antirracista. Com isso, comprova que existiu no Brasil, do século XIX, docentes que proferiam aulas e conferências na capital do país. Como exemplo, o professor, gramático e filólogo Hemetério José dos Santos (Figura 3), maranhense, nascido em 3 de março de 1858, que migrou para o Rio de Janeiro. Em 1878, assumiu a cadeira de professor no Colégio de Pedro II (atual Colégio Pedro II). Em 1890, é nomeado professor adjunto no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Em 1898, torna-se professor de português do mesmo Colégio e, posteriormente, professor vitalício, pelo que recebe a patente de Major do Exército, com a qual serviu na Escola de Estado Maior, Escola de Artilharia e Engenharia e Colégio Militar. Por fim, em 1920, como professor do Colégio Militar, obtém a patente de tenente-coronel honorário (Museu Afro-Digital, 2025). Por isso, como nos diz Nilma Gomes (2019, p. 144),

O Movimento Negro é, portanto, um educador. É ele que fez e faz a tradução intercultural das teorias e das interpretações críticas realizadas sobre a temática racial no campo acadêmico para a população negra e pobre fora da universidade; que articula com intelectuais comprometidos com a superação

<sup>19</sup>Disponível em: <https://setec.ufmt.br/mafro/?p=410> . Acesso em: 03 jul. 2024.

do racismo encontros, palestras, publicações, minicursos, workshops, projeto de extensão, ciclos de debates, abertos à comunidade; que inspira, produz e ajuda a circular as mais variadas publicações, panfletos, folders, revistas, livros, sites, canais de YouTube, blogs, páginas do Facebook, álbuns, artes, literatura, poesia, abordando a temática racial em sintonia com a diáspora africana. É ele quem pressiona o Estado para adotar políticas de igualdade racial (Gomes, 2017, p.17-18). No seu papel educativo, tal movimento educa e reeduca a sociedade, o Estado e a si mesmo sobre as relações raciais, o racismo e a diáspora africana. E, se é um educador, ele constrói pedagogias. E, se constrói pedagogias, interfere nos processos educativos e nas políticas educacionais. Inspirada pelas reflexões de Arroyo (2003), afirmo que o Movimento Negro brasileiro faz parte do processo de produção da pedagogia dos movimentos sociais. A principal tarefa desse movimento social é a luta contra um fenômeno que o Brasil ainda insiste em dizer que não existe ou, se existe, dá-se de forma mais branda em nosso país do que em outros: o racismo. Se concordamos com o fato de que o Movimento Negro participa e desenvolve processos educativos, identitários, de lutas, transgressões e conflitos, também concordaremos com a afirmação de que ele possui a capacidade de indagar e desafiar as elites do poder, o Estado e suas políticas. E, dentre essas políticas, encontram-se as educacionais.

Esse é um espaço dedicado ao registro, documentação e divulgação da memória e educação nas comunidades quilombolas a partir da participação de quilombolas e seus descendentes, e por meio de “[...] vídeos, depoimentos, rezas, histórias e causos – que têm sido contados de geração a geração –, fotografias de pessoas, de lugares, de materiais e artefatos de uso cotidiano em diferentes épocas e tantas outras” (Museu Afrodigital Mato Grosso, 2022).

**Figura 4**– Escola do Quilombo



Fonte: Página do Museu Afro-digital do Mato Grosso<sup>20</sup>

<sup>20</sup>Disponível em: <https://setec.ufmt.br/mafro/?p=205>. Acesso em: 03 jul. 2024.

A Figura 4 faz parte exposição digital do MAD/MT *Memória e Educação da comunidade quilombola de Mata Cavalo*, que traz registros realizados pela pesquisa de mestrado desenvolvida por Maria dos Anjos Lina dos Santos na Comunidade Quilombola de Mata Cavalo, situada no município de Nossa Senhora do Livramento/MT. Ela serve para apresentar a história do Quilombo a partir do protagonismo dos moradores/es. E assim,

[...] entender a construção do processo histórico do grupo, bem como seus mecanismos de transmissão e manutenção das raízes culturais. Na Comunidade Mata Cavalo a memória teve um papel fundamental na construção da identidade do grupo e na conservação dos valores ancestrais, transmitidos de geração em geração através da educação informal, realizada através das festas tradicionais, na organização social e do trabalho, e em outras experiências vividas no cotidiano das famílias. A comunidade quilombola de Mata Cavalo é um dos grupos remanescentes de escravos em Mato Grosso que mais tem se esforçado na luta pela conservação de suas tradições e de suas terras, no embate contra fazendeiros e grileiros (MuseuAfrodigital Mato Grosso, 2025).

Apresenta-se, ainda, a partir de entrevistas com personalidades quilombolas, como a realizada com Nezinho, ou Sizenando do Carmo Santos, da comunidade remanescente de quilombo Mata Cavalo. Líder da religião de matriz africana e do grupo Siriri Quilombola, Sizenando é “[...] conhecido em Mato Grosso e em outros estados brasileiros por sua atuação na luta pelo fortalecimento da identidade negra e preservação da cultura afro-brasileira” (Museu Afro Digital Mato Grosso, 2022). Essa foi uma resistência quilombola na luta pela manutenção das tradições culturais da sua comunidade e na garantia da posse da terra, seja por meio da Casa da Memória, que possui na sua propriedade, ou das festas realizadas na sua residência, que reúne vários grupos tradicionais.

Entretanto, esse protagonismo negro busca o reconhecimento da história, africana e afro-brasileira sofre alguns desafios e problemáticas que permeiam o processo de musealização do patrimônio cultural afro-brasileiro no espaço digital. Para Candida Soares (2023), podemos citar entre os fatores externos: falta de investimento público federal; ausência de uma política patrimonial digital no país; baixo investimento para a contratação de profissionais – museólogas(os), curadoras(es), assessoras(es) e restauradoras(es); frequência de ataques cibernéticos; racismo algorítmico; e dificuldade de acesso à política pública. Entre internos, destacam-se: as contínuas mudanças de domínio e atualização dos *softwares*; a adaptação das(os) funcionárias(os) à gestão de conteúdo e à criação de repositório digital; e a fragilidade dos dados e segurança digital.



## 4. APONTAMENTOS FINAIS

O movimento social negro brasileiro caracterizou-se por elaborar estruturas que possibilitam a sobrevivência física, mental, afetiva e religiosa dos negros e negras no país desde o século XVI. São estruturas como quilombos, irmandades católicas, terreiros de religiões de matriz africana, clubes sociais, imprensa negra e associações recreativas. As mulheres negras encabeçaram várias destas organizações, ou tiveram a atenção voltada para elas. Os museus afro-brasileiros comunitários podem ser pensados como versões contemporâneas dessas estruturas, pela organização e o papel que cumpriram em suas localidades na promoção da igualdade racial e no empoderamento social. Considero que eles podem ser ferramentas em três dimensões: política, pedagógica e poética. Na dimensão política, utilizando a questão política da própria Museologia Social que são as práticas de participação social e a efetivação de transformações sociais, o empoderamento e as melhorias para o grupo negro. Essa é uma dimensão reivindicativa em que a preservação da memória e do patrimônio são usados também para a luta antirracista e do feminismo negro, exercícios democráticos, direito à memória e políticas públicas de ações afirmativas, de enfrentamento ao racismo e sexismo. Na dimensão pedagógica, o Movimento Negro tem como característica ser educador para o grupo de negros e não negros sobre as relações raciais brasileiras; a história e cultura afro-brasileira, a religiosidade, a música e a dança entre outros. Mas, refiro-me a processos educacionais de rompimento com a colonialidade do poder, do saber e do ser. Na dimensão poética, que envolve o sentir, o afeto, e o amor, a certeza de que a participação social na política, no aprender é para o sonho, para a construção de um mundo melhor, sem racismo, sem machismo, sem discriminação. A luta é para a conquista do bem viver.

## REFERÊNCIAS

BRITO, Kátia Silene Souza de. *Entre traumas e resistências: encruzilhadas da informação étnicorracial e ciberativismo na Rede Afro-digital de museus*. 307f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade de Brasília. Brasília, 2024.

CASTRO, F. MONTEIRO, N. (2012). *Revista MUCANE*. Disponível em: [https://m.vitoria.es.gov.br/arquivos/diario/20170922\\_revista\\_mucane.pdf](https://m.vitoria.es.gov.br/arquivos/diario/20170922_revista_mucane.pdf). Acesso em: 06 ago. 2025.

DOMINGUES, P. *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos*. *Tempo*. v. 12, n. 23, 2007, pp.100-122.



GONÇALVES, Maria Alice Rezende. Museus afro-digitais: educação, patrimônio, construção de identidades e etnicidades. In: *Reunião Brasileira de Antropologia* (XXIX), 2014, Natal/RN. Disponível em:

[http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401666388\\_ARQUIVO\\_ABA2014pdf.pdf](http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401666388_ARQUIVO_ABA2014pdf.pdf).

Acesso em: 4 jan. 2023.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. In: *Educação & Sociedade*, v. 33, n. 120, jul-set, Centro de Estudos Educação e Sociedade Campinas, 2012, pp. 727-744. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/873/87324602005.pdf>. Acesso em: 28 set. 2023.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro brasileiro indaga e desafia as políticas educacionais. *Revista da ABPN*, v. 11, Ed. Especial - Caderno Temático: Raça Negra e Educação 30 anos depois: e agora, do que mais precisamos falar?, abril de 2019, pp.141-162.

NASCIMENTO, Abdias. Cultura e estética no Museu de Arte Negra. *Revista Galeria de Arte Moderna*, n. 14, Rio de Janeiro, 1968, pp. 21-22.

PAIVA, Andréa Lúcia da Silva de. *Os Fios do Trançado*: um estudo antropológico sobre as práticas e as representações religiosas na Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos no Rio de Janeiro. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

PEREIRA. A.M. *Trajetória e Perspectivas do Movimento Negro Brasileiro*. Rio de Janeiro, Ed. Nandyala, 2008.

SANTOS, D.S. Apontamentos sobre narrativas nos Museus Afro-Brasileiro. *Museologia & Interdisciplinaridade* . v. 11, n. 22, Jul./Dez. 2022, pp. 94-115.

SANTOS, D.S. *Museologia e Africanidades*: Experiências museológicas de mulheres negras em museus afro-brasileiros. 2021. 291f. Tese (Doutorado em Museologia). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2021.

<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/8539>. Acesso em: 26 nov. 2025.

SANTOS. J. R. Movimento Negro e crise brasileira. In: SANTOS, J.R & BARBOSA, W.N. S. *Atrás do muro da noite – Dinâmicas das culturas afro-brasileira*. Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994.

SANTOS, S. A. *Movimentos Negros, Educação e Ações Afirmativas*. 554 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SILVA, Jamile Borges. [Entrevista]. 2021. *'No Brasil há uma tendência a se fazer a musealização da dor', lamenta Jamile Borges da Silva | Semana Nacional de Museus* (XIX). Entrevista concedida a Mauro Morais. Memorial da República Presidente Itamar Franco, Juiz de Fora, 2021. Disponível em: <https://mrpitamarfranco.com.br/panteao/2021/05/no-brasil-ha-uma->

[tendencia-a-se-fazer-a-museizacao-da-dor-lamenta-jamile-borges-da-silva-19a-semana-nacional-de-museus/](#). Acesso em: 9 mar. 2024.

REIS, J.J. *Rebeliões Escravas no Brasil: A História do Levante Malê em 1835*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

ROZA, Luciano Magela. Heterogeneidade temática e usos da memória de uma experiência histórica: uma visita ao Museu Digital da Memória Afro-Brasileira e Africana. *Revista História Hoje*, v. 3, n. 6, 2014, pp. 223-238.

WERNECK, J. *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Pallas: Criola. 2000.

---

<sup>i</sup> Resumo do currículo: Doutora em Museologia pela Universidade Lusófona (ULHT) de Lisboa/Portugal. Mestre em História Social pela PUC/SP. Professora Adjunta do Curso de Museologia da Universidade de Brasília. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa: Museologia, Patrimônio e Memória do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da UnB e Membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros - NEAB/CEAM/UnB. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0538222768633728/> ORCID: 0000-0001-7153-522-X. E-mail: [deborah.santos@gmail.com](mailto:deborah.santos@gmail.com). Brief resume: She holds a PhD in Museology from the Lusófona University (ULHT) in Lisbon, Portugal, and a Master's degree in Social History from PUC-SP. She is an Adjunct Professor in the Museology program at the University of Brasília (UnB). She is a researcher with the Study and Research Group on Museology, Heritage, and Memory of the Graduate Program in Information Science at UnB, and a member of the Center for Afro-Brazilian Studies (NEAB/CEAM/UnB). Lattes CV: <http://lattes.cnpq.br/0538222768633728/>. ORCID: 0000-0001-7153-522-X. E-mail: [deborah.santos@gmail.com](mailto:deborah.santos@gmail.com).

<sup>ii</sup> Resumo do currículo: Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCINF) da UnB. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCINF) da UnB, em 2024. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)/(2025) e do Projeto Redes antirracistas de pesquisa Ministério da Igualdade Racial e UnB - REDES MIR/UnB. Graduada em Museologia pela Faculdade de Ciência da Informação (FCI), da Universidade de Brasília (UnB), em 2021. <http://lattes.cnpq.br/9522473748556427/> ORCID: 0000-0002-6466-300. e-mail: [katyasowza@gmail.com](mailto:katyasowza@gmail.com). Brief resume: She is a PhD candidate in the Graduate Program in Information Science (PPGCINF) at the University of Brasília (UnB). She earned a Master's degree from the Graduate Program in Information Science (PPGCINF) at UnB in 2024. She is a scholarship holder of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) (2025) and of the Anti-Racist Research Networks Project of the Ministry of Racial Equality and UnB (REDES MIR/UnB). She holds a Bachelor's degree in Museology from the Faculty of Information Science (FCI) at the University of Brasília (UnB), completed in 2021. Lattes CV: <http://lattes.cnpq.br/9522473748556427/>. ORCID: 0000-0002-6466-300. E-mail: [katyasowza@gmail.com](mailto:katyasowza@gmail.com).